



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Questão social, política social e o debate do trabalho do Assistente Social em tempo de capital financeiro			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo*	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Professora Assistente
COAUTOR 2			
Mônica Freitas Ferri**	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Professora Assistente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho tem por objetivo estabelecer o debate sobre questão social, política social e trabalho do Assistente Social a partir das formas assumidas pelo capital financeiro na expansão monopolista. Parte-se do pressuposto que o capitalismo contemporâneo tem processado um conjunto de condicionantes que tem subordinado toda a sociedade a lógica do capital, acirrando as contradições entre as classes e redimensionado as relações entre estas e o Estado. Diante disso, configuram-se novas tendências para a política social, engendrando e articulando um processo de dominação política, fundado no princípio da moralização e da individualização da questão social. É nesse campo que a Seguridade Social brasileira tem sofrido transformações intensas, sobretudo, a partir do governo Lula, expresso na expansão da assistência social pública via programas de transferência renda e na mercantilização e privatização da previdência e saúde. Esse novo formato ocupa uma funcionalidade na era das finanças - de naturalizar, a partir de um substrato ideológico-cultural, as condições materiais, culturais e sociais da classe trabalhadora refletindo, em todas as profissões vinculadas à esfera da reprodução social. É nesse terreno que o trabalho do Assistente Social apresenta-se dimensionado e tensionado, por um conjunto de demandas postas pelas lutas de classes, que passam exigir ações qualificadas técnica e politicamente, enquanto possibilidade de garantir a direção social estratégica expressa no projeto ético-político. Impondo à profissão a necessidade de refletir permanentemente a sua formação e prática profissional no marco das configurações que assume o seu objeto – a questão social, no sistema atual da acumulação capitalista.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Questão social, política social, trabalho do Assistente Social			
ABSTRACT			
<p>This paper aims to introduce a debate on social issues, social policy and work of the social worker from the forms assumed by monopoly finance capital expansion. It starts from the premise that contemporary capitalism has rendered a set of constraints that have subordinated the whole society to the logic of capital, sharpening the contradictions between classes and resized the relationships between these and the state. Therefore, new trends are configured for social policy, articulating and engendering a process of political domination, founded on the principle of individualization of the ethical and social issues. It is this field that the Brazilian Social Security has been transformed intense, especially from the Lula government, expressed in the expansion of public welfare through income transfer programs and the commercialization and privatization of social security and health. This new format takes up a feature in the era of finance - to naturalize, from an ideological-cultural substrate, the material conditions, cultural and social thinking of the working class in all professions related to the sphere of social reproduction. It is on this ground that the work of Social Work presents sized and tensioned by a set of demands posed by the class struggle, which require action are qualified technically and politically, while ensuring the possibility of social strategic direction expressed in the ethical-political project . Imposing the profession the need to constantly reflect their training and professional practice within the framework of the settings that takes its subject - the social issue in the</p>			

* Mestre em Serviço Social pela PUC-SP e professora do Departamento de Serviço Social da UFVJM

** Mestre em Política Social pela UFES e professora do Departamento de Serviço Social da UFVJM.

1. Questão social e política social no contexto da crise capitalista

O processo de produção capitalista é também produção de mais-valia. O operário ao vender sua força de trabalho produz além do necessário para conseguir os meios para a sua subsistência, produz trabalho adicional que se transforma em capital. Desse modo, o processo de produção envolve a reprodução da força de trabalho e a produção de capital, que ocorre pela geração de mais-valia, formando capital acumulado (MARX, 2004).

O processo de acumulação implica na criação de assalariados, ou seja, de uma massa operária crescente, por meio do qual pode acumular capital. Por isso, a produção capitalista não é somente reprodução das relações de produção, mas sua reprodução sempre crescente;

[...] na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também a riqueza acumulada em oposição ao operário, como riqueza que o domina, como capital; estende-se frente a ele o mundo da riqueza como mundo alheio e que o domina, como capital, e na mesma proporção se desenvolvem, por oposição, sua pobreza, a indigência e a sujeição subjetivas. Seu esvaziamento e essa abundância se correspondem e andam par a par. Ao mesmo tempo, cresce a massa desses meios de produção vivos do capital: o proletário trabalhador (MARX, 2004, p. 93).

A ordem social burguesa produz de um lado uma enorme riqueza, resultado da apropriação privada dos frutos do trabalho, e de outro lado uma enorme pobreza que atinge a maioria da população que só possui como propriedade a sua força de trabalho. Essa desigualdade inerente ao modo de produção capitalista é gerada pelo desenvolvimento das forças produtivas proporcionada pelo trabalho de “homens que ao proverem as necessidades de reprodução da própria vida, reproduzem as relações sociais” (MOTA, 2010). Desse modo, todo processo de produção é ao mesmo tempo um processo de reprodução das relações sociais de produção, das contradições de classe, da reprodução da vida material e social, a exploração do trabalhador e a produção da riqueza capitalista (IAMAMOTO, 2008a).

O progresso da acumulação e ampliação do capital é impulsionado pelo aumento da sua produtividade, que ocorre com uma mudança na composição técnica e de valor do capital. A incorporação de avanços técnicos e científicos no processo de produção (que envolve a própria produção, a distribuição, a troca e o consumo) possibilita aos trabalhadores produzirem mais em menos tempo, aumentando também a extração da mais-valia relativa. Dessa forma, reduz-se a necessidade de trabalho vivo diante da utilização de meios de produção mais eficientes. Isso alarga as possibilidades de controle do capital sobre o trabalho e as taxas de lucro capitalistas. Esse movimento é provocado pelo desenvolvimento das forças produtivas que contribuem para a redução

do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção. “Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital” (IAMAMOTO, 2001, p. 14).

A classe trabalhadora produz os meios que levam a seu excesso, a expansão do capital se dá na mesma medida que ampliam-se os “supérfluos para o capital” (IAMAMOTO, 2001), ao utilizar as aspas desejamos indicar que a existência desses chamados supérfluos é fundamental para tensionar o valor da força de trabalho para baixo, regulando os salários e aumentando as taxas de lucros capitalistas. Dessa forma, se expressa a lei geral da acumulação capitalista, e o resultado é a acumulação de uma miséria, onde se encontra a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001).

Para a autora, a questão social pode ser compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada e monopolizada por uma parte da sociedade.

De acordo com Mandel as crises estruturais são próprias do modo de produção capitalista e decorrem do processo de busca pelos superlucros e pela superacumulação. Em tempos de crise são adotadas medidas para seu enfrentamento que se diferenciam de acordo com o grau de desenvolvimento do capitalismo; a organização das classes sociais e as formas de constituição e desenvolvimento do Estado em dado momento histórico (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

É nesse campo que podemos afirmar que a crise mundial ocorrida na década de 1970 está relacionada ao esgotamento da longa onda expansiva, ocasionando queda da taxa de lucros e a redução do crescimento econômico. Essa crise teve dois detonadores: o colapso do ordenamento financeiro mundial com o fim do acordo de *Bretton Woods*, e o choque do petróleo. Além de vetores sociopolíticos, como aumento do peso do movimento sindical, demandando melhorias salariais e contestando a organização do modo taylorista-fordista de produzir (NETTO E BRAZ, 2008).

Para os autores, a partir desse período o capital entra numa longa onda recessiva marcada por diversas crises e que persiste até os dias atuais. A restauração do capital ocorre a partir de uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal.

As décadas de 1970 e 1980 marcam um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Estes apoiam-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Há o surgimento de novos setores de

produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Nesse contexto, cresce exponencialmente o setor de serviços, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Há a compressão do espaço-tempo (comunicação via satélite e queda dos custos no preço do transporte e levam o aumento do controle do trabalho de uma força de trabalho enfraquecida pelo desemprego), combinado com níveis altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical. O mercado de trabalho passa a se caracterizar por regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, redução do emprego regular, em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1992).

Para esse autor, os trabalhadores assumem basicamente duas características: um grupo de trabalhadores estáveis em número cada vez mais reduzido e com benefícios; grupo adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel; e na periferia abrangente dois subgrupos: um, empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, menos oportunidade de carreira, com alta taxa de rotatividade. E o segundo com flexibilidade numérica ainda maior, inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público.

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. A subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (padrinhos, patronos e até estruturas semelhantes às da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais. O aumento da informalidade e do comércio ilegal, indicam novas formas de sobrevivência. A fragmentação do trabalho inviabiliza a organização dos trabalhadores em sindicatos, já que nessas formas de organização do trabalho a consciência de classe não deriva da clara relação entre capital e trabalho, passando por um terreno confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos (HARVEY, 1992).

As fábricas que não conseguiram se adaptar às novas formas organizacionais de produção quebraram. As economias de escala, buscadas na produção fordista de massa, foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. Os sistemas de produção flexível permitiram: aceleração do ritmo da inovação do produto; exploração de nichos de mercados altamente especializados e de pequena escala; o tempo de giro foi reduzido pelo uso de novas tecnologias (robôs, automação industrial) e de novas formas

organizacionais como o *just in time*; redução do tempo de giro no consumo, durabilidade dos bens (HARVEY, 1992).

De acordo com NETTO; BRAZ (2008), todas essas transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho, dentre elas a redução salarial e precarização do emprego. Isso refrata na crise do movimento sindical e na redução do contingente de operários industriais, sendo necessário repensar as condições do protagonismo político do proletariado.

[...] o mais significativo é o fato de o capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego maciço em fenômeno permanente – se, nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre “taxas aceitáveis” e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente conformidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível. Nem mesmo os ideólogos da burguesia escamoteiam esse fenômeno – tratam de naturalizá-lo, como se não houvesse outra alternativa que a de conviver com ele (NETTO E BRAZ, 2008, p. 220).

Essa condição impede que os trabalhadores possam consumir as mercadorias produzidas socialmente. A crise caracteriza-se pela superprodução, trata-se de uma incompatibilidade entre a produção socializada e a apropriação privada da riqueza, diante disso são tomadas medidas para estabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda (BOSCHETTI, 2010).

Para CHESNAIS (2008) a crise atual desdobra-se num contexto de mundialização da economia que tem como ponta de lança a esfera financeira. O crescimento das transações financeiras ocorreram de maneira significativa na década de 80 e 90. A *mundialização financeira* está relacionada às interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. Esse movimento envolve a abertura interna e externa dos sistemas nacionais. Embora os sistemas financeiros nacionais não tenham sido eliminados, os Estados Unidos passaram a dominar todos os outros, em função da posição do dólar e das grandes dimensões dos mercados norte-americanos.

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. Os capitais que os operadores financeiros põem para valorizar, através de suas aplicações financeiras e das arbitragens de diversos tipos de ativos, nasceram invariavelmente no setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços (CHESNAIS, 1998, p. 15).

Segundo este autor parcela desses rendimentos é canalizada para a esfera financeira e somente depois desse processo é possível valorizar o montante nominal dos ativos financeiros, embora muitas vezes de maneira fictícia. A concessão de créditos aos países em desenvolvimento criou o primeiro processo de transferência de riquezas em larga escala, através da reciclagem dos

petrodólares foi possível aos países da OCDE superarem a recessão de 1974-1975. Isso deu origem a dívida externa que os países do terceiro mundo carregam a tantos anos. Através da transferência de rendimentos desses países para as instituições financeiras dos países capitalistas avançados, a esfera financeira se consolidou.

A mundialização financeira nasceu de um processo de interação entre o movimento de fortalecimento do capital privado (industrial e bancário) e o crescente impasse das políticas governamentais. Esse processo somente pode ser compreendido no contexto da crise de finais dos anos 60 e início dos anos 70. A busca, então, era pela valorização de capitais na esfera financeira, devido às dificuldades de valorização do capital investido na produção (CHESNAIS, 1998)

O capital que rende juros nada mais é que a capacidade do capital de se apropriar da mais-valia presente e futura. O crédito apresenta-se na circulação baseado no capital ou no trabalho assalariado. Entretanto, no sistema capitalista o juro proveniente das transações financeiras aparece como se fosse gerado a partir do dinheiro, nesse processo a geração de valor que advém de uma relação social é compreendida como relação entre coisas. É isso que Marx denomina de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008a).

O desenvolvimento da valorização do capital permite e torna necessário o desdobramento da taxa geral de lucros nas figuras autônomas do lucro e do juro, personificados numa classe especial de capitalistas proprietários de capital-dinheiro e numa parte de capitalistas industriais, como pessoas juridicamente distintas que desempenham papéis diferenciados no processo de reprodução: um empresta e o outro emprega o capital de forma produtiva (IAMAMOTO, 2008a, p. 94).

Assim o juro e o lucro nada mais são que a mera divisão da mais-valia, o juro é parte da mais-valia retirada de circulação, é fruto da exploração do capital sobre o trabalho. O capital subordina toda a sociedade enquanto busca seu crescimento, aprofundando as desigualdades, e ao tornar invisíveis os processos sociais reais que mediam sua produção promove a banalização do humano e a coisificação das relações sociais. Dessa forma em tempo de capital fetiche ampliam-se as expressões da questão social.

IAMAMOTO (2008a) ressalta que as finanças se apóiam em dois braços: as dívidas públicas e os mercados acionários das empresas, e estes só sobrevivem com a decisão política dos Estados Nacionais e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, por um lado buscando a mercantilização dos serviços, a chamada flexibilização da legislação protetora do trabalho, e de outro lado a imposição da redução dos custos empresariais para garantir as taxas de lucratividade, e com elas a reestruturação produtiva centrada no avanço tecnológico, mas principalmente na redução dos custos do chamado “fator trabalho”, elevando assim as chamadas taxas de exploração. “O capital financeiro avança sobre o fundo público, formado tanto pelo lucro do empresariado, quanto

pelo trabalho necessário dos assalariados, ambos pelo Estado sob a forma de impostos e taxas” (IAMAMOTO, 2008, p. 122).

Os investimentos em ações apostam na extração da mais-valia, presente e futura, dos trabalhadores; e as estratégias para garantir a lucratividade das empresas envolvem tanto a gestão da força de trabalho, no que se refere a sua redução, como na intensificação do trabalho e aumento da jornada, ou às políticas de competição entre os trabalhadores, o incremento tecnológico, a adoção de discursos de participação e consentimento, além de regressão dos direitos trabalhistas (IAMAMOTO, 2008).

Para a autora a raiz da “questão social” hoje, encontra-se nas políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo. Tais políticas, nos campos monetário e financeiro, dão ampla liberdade aos movimentos do capital transnacional no Brasil, redimensionando a questão social na contemporaneidade e radicalizando suas expressões.

No Brasil estas políticas foram prioritariamente adotadas na década de 1990. Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil atravessou um período de crise mais intenso, os planos de estabilização econômica não foram suficientes para conter a crise e os recursos públicos reduziram-se drasticamente. O governo federal começou a reagir contra as perdas tributárias e passou a culpar os estados e municípios pelos problemas fiscais do setor público. Para conter as perdas, o governo federal adotou diversas estratégias de recentralização financeira. Uma delas foi a política de aumento nas contribuições e/ou impostos não partilhados com as esferas subnacionais, além disso cortou consideravelmente suas despesas ampliando as responsabilidades dos governos subnacionais na provisão de serviços sociais. Outra estratégia foi a criação do FEF¹ (Fundo de Estabilização Fiscal) que diminuiu as transferências federais porque retinha 20% dos impostos e contribuições arrecadadas, além da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal “[...] que impõe limites à dívida e a despesa com pessoal e proíbe o socorro do governo federal se as esferas subnacionais contraírem novas dívidas” (SOUZA, 2001, p. 17).

A contra-reforma do Estado, empreendida na década de 1990, teve como uma das principais estratégias a retirada do Estado das funções essenciais como infra-estrutura e serviços sociais, o que proporcionou um recuo dos diversos segmentos da sociedade civil, uma vez que os recursos a serem disputados na garantia de políticas públicas tornaram-se cada vez mais escassos e a demanda por

1 O FEF foi instituído pelas emendas constitucionais 10 e 17, em substituição ao FSE (Fundo Social de Emergência) criado pela Emenda Constitucional de Revisão n. 1 de 1994, que permitia a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas de Seguridade Social. Posteriormente deixa de ser fundo e se transforma em DRU (Desvinculação de Receitas da União) pela emenda constitucional 27 de 2000, entretanto a DRU apresenta diferenças em relação ao fundo, pois não afeta a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006).

essas mesmas políticas aumentaram em proporção, uma vez que a acumulação flexível provocou um alto índice de desemprego. Como o governo perpetua uma política econômica de geração de superávit primário para honrar os compromissos com a burguesia financeira internacional, a desigualdade social aumenta num ritmo cada vez mais acelerado. Esta é amenizada por políticas compensatórias que atendem precariamente as necessidades sociais da população, é por essa ótica que percebemos a valorização do âmbito privado na resolução das questões de interesse público, seja através do incentivo à atuação da sociedade civil, seja através do mercado.

Assim, gera-se uma dualidade discriminatória que de acordo com Behring (2003), condiciona o acesso aos serviços sociais a dois grupos: um que pode pagar e outro que não será atendido, porque o serviço público não suporta toda a demanda. Essa situação favorece a continuidade de práticas conservadoras e diversos ocupantes de cargos públicos aproveitam-se desse contexto para alijar a população das decisões públicas, mantendo com ela um relacionamento pautado pela gratidão, lealdade e coerção.

Segundo Chauí *apud* Iamamoto (2008b) a ideologia neoliberal predominante no mundo inteiro reaviva a tradição cultural patrimonialista brasileira e reacende seus traços mais conservadores, o predomínio do interesse privado sobre todas as coisas em detrimento do interesse público. A política econômica adotada por FHC e sua equipe conseguiu reduzir as taxas de inflação, mas isso não significou o aumento das políticas distributivas. Ao contrário, o ajuste econômico adotado na década de 1990 provocou o aumento da degradação das condições de vida da população pobre, já que um dos custos da redução da inflação foi a dilapidação do patrimônio público nacional.

O “choque liberalizante” por ele realizado – traduzido na abertura comercial, nas privatizações, nas desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa (IAMAMOTO, 2008b, p. 36).

Seguindo a lógica da ortodoxia econômica monetarista, recomendada pelos organismos internacionais, as políticas sociais foram dilaceradas em favor da estabilidade econômica. Neste contexto a questão social assume novas expressões, deparando-se com uma aceleração da privatização das políticas públicas. Essas passam a ser assumidas pelo mercado e pela sociedade civil (sob o apelo da responsabilidade social), ficando o Estado responsável apenas por ações focalizadas no combate à extrema pobreza. O país supera a taxa mundial do crescimento do desemprego ficando na frente dele apenas países do Sudeste Asiático (IAMAMOTO, 2008b).

O Brasil continua com um nível de desigualdade social imenso, ficando no ranking mundial entre os dez países mais desiguais do mundo. De acordo com Boschetti (2004) em relação ao PIB

(Produto Interno Bruto) o país está entre as 10 economias mais ricas do mundo. Apesar disso, as políticas sociais implementadas desde a década de 1930 (direitos da Era Vargas) não foram capazes de mexer nas estruturas da desigualdade social e econômica. A distribuição de renda brasileira no século XXI mostra que 20% da população mais pobre fica com 2,5% da riqueza produzida e 20% dos mais ricos ficam com 63,4% (BOSCHETTI, 2004).

Neste contexto uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a exponenciação da questão social, onde esta é naturalizada e como resposta tem a criminalização da pobreza com políticas com ênfase no encarceramento. Recicla-se a noção de classes perigosas ao invés de classes laboriosas, sendo conduzidas a repressão ou extinção (NETTO; BRAZ, 2008; IAMAMOTO, 2001).

O receituário neoliberal tem implicado na adoção de políticas pouco efetivas no combate à pobreza, caracterizadas pela focalização, seletividade, e por uma transferência de serviços sociais do público para o privado, que tem incentivado a criação de ONG's, redes de solidariedade, práticas de economia solidária, que levam a responsabilização da sociedade e do indivíduo, pelo agravamento das situações de pobreza (TAVARES, 2003).

Para Mota, as transformações ocorridas nas relações de trabalho, principalmente no século XXI, provocaram impactos para a composição e prática político-organizativa dos trabalhadores, afetando um componente da politização da questão social no que se refere às lutas para superação das precárias condições de vida e trabalho- lutas essas que constituem uma ameaça à ordem social burguesa. Desse modo, a questão social passa a ser entendida por alguns autores como uma nova “questão social” ou nova pobreza. Para Rosanvallon, o enfrentamento da nova “questão social” depende do estabelecimento de um novo “contrato social”, onde deveriam ser instituídos novos direitos de inserção e solidariedade sociais, uma vez que o Estado estando com dificuldades financeiras não consegue mais financiar a proteção social instaurada no pós-guerra e que os fenômenos sociais atuais não se enquadram mais nas antigas categorias de exploração do homem (ROSANVALLON *apud* MOTA, 2010).

Nos termos de Castel, a emergência de uma “nova questão social” está relacionada ao enfraquecimento da sociedade salarial, que é responsável pelo aumento no número de trabalhadores sem trabalho. A alternativa colocada por este autor é o aumento das políticas de inserção, já que as políticas de seguridade social são impensáveis numa sociedade que caminha para a “individualização social”. De acordo com Mota (2010) essas duas concepções despoltizam a questão social e não consideram qualquer possibilidade de ruptura com a sociedade capitalista.

Contudo, essas duas concepções estão muito presentes na agenda contemporânea de formulação das políticas sociais, fundadas no neosolidarismo, na refilantropização, na política dos mínimos sociais, nos projetos de emprego e renda, no incentivo ao empreendedorismo e na tendência de privatização e/ou assistencialização das políticas sociais (MOTA, 2010).

Outro debate importante para retomar aqui se refere a criminalização da pobreza como uma das formas de enfrentamento da questão social na atualidade. A punição hoje tem sido uma das soluções encontradas para os problemas sociais, ao invés do investimento em políticas de educação, alimentação, trabalho e outras. Atualmente, o sistema penal tem cumprido um papel de gestão da miséria,

[...] pois na medida em que mantém um significativo número populacional de encarcerados, o sistema penal comprime artificialmente uma multidão de “miseráveis”, ou melhor, esconde um potencial número de trabalhadores (desempregados), ao mesmo tempo em que gera secundariamente aumento no emprego no setor de bens e serviços carcerários, setor fortemente caracterizado por postos de trabalho precários (WACQUANT apud FORTI, 2010, p. 94).

Nesse contexto há uma tendência de naturalização da questão social, e suas múltiplas expressões são desvinculadas de sua gênese comum. As formas de enfrentamento concretizam-se com base no binômio assistência focalizada versus repressão, e o risco que se corre é cair na pulverização e fragmentação da questão social como tendência do projeto neoliberal, obscurecendo a dimensão coletiva da questão social colocando-a como responsabilidade de grupos (família) e indivíduos (Iamamoto, 2001). Pensar a questão social como individual ou familiar é isentar a sociedade de classes da responsabilidade de produção das desigualdades sociais fortalecendo as alternativas dentro da ordem que não apontam para uma direção social estratégica de transformação desta sociedade. Seus conteúdos reformadores por outro lado, somente reforçam a produção e reprodução da sociedade capitalista e de suas contradições de classe.

2. O trabalho do Assistente Social frente às novas requisições da ofensiva neoconservadora: entre as tendências e os desafios.

As formas de intervenção na questão social têm ganho os contornos das mudanças societárias ocorridas nas últimas décadas na dinâmica da sociedade capitalista sob o comando da ofensiva neoliberal, que tem articulado estratégias ideo-políticas para a recomposição da acumulação do capital ao mesmo tempo que vem redimensionando cada vez mais as desigualdades sociais geradas pelo sistema produtivo para a esfera individual e moral, quando estas não são simplesmente alvo de ações técnico-administrativas. Nesse campo se sobressaem ações reducionistas de gestão da pobreza e de sua criminalização, conseqüentemente essa ofensiva de cunho eminentemente conservador também necessita de profissionais que possam atuar sob essa

lógica, afetando as suas autorepresentações e simultaneamente as configurações das suas demandas sócio-institucionais.

No caso do Serviço Social, as implicações dessas tendências se apresentam na alteração dos espaços ocupacionais e nas condições de trabalho do Assistente Social, “que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições” (IAMAMOTO, 2009, p. 344) ao mesmo tempo reiterando uma nova racionalidade de intervenção, exigindo **“um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação”** (BEHRING, 2008, 4, grifos originais) o que é compatível com a lógica produtiva do capital e com pressupostos da ofensiva neoliberal.

E, no entanto, isso é bastante contrário aos valores e aos princípios firmados e preconizados no projeto ético-político do Serviço Social que encontra-se norteado pela construção de um novo *ethos*², o que por sua vez também é muito distinto daquele que alicerçou de forma hegemônica e predominante a profissão na sua gênese e em grande parte de seu desenvolvimento na sociedade capitalista, cujo imperativo era somente a reprodução de uma prática moralizadora e fundamentalmente disciplinadora frente a questão social e aos valores e ideologia dominantes.

Esse mesmo projeto, hoje, encontra-se fortemente tensionado pela hegemonia do capital, em virtude

“das mudanças resultantes da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, entre as quais se destacam as inovações tecnológicas e informacionais, que têm um caráter regressivo e conservador. Tais mudanças levaram à precarização e à subalternização do trabalho à ordem do mercado, de um mercado sem limites e sem fronteiras sociais, num contexto em que são transformadas as bases dos sistemas de proteção social e são desmontados direitos sociais, civis e políticos” (YAZBEK, 2005, 13).

O profissional tem se confrontado com os seguintes elementos: a) a abertura de novos espaços de trabalhos; b) novas requisições e atribuições; c) condições e vínculos precários de trabalho.

Esses elementos são decorrência do giro que o capital financeiro promove no conjunto da vida social, impondo mudanças na esfera pública estatal, no trato das expressões da questão social

² “O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

via a redução de investimentos orçamentários no campo das políticas sociais, intensificando cada vez mais o traço focalista e seletivo a essas políticas e no seu total desmonte, seja pela sua mercantilização/privatização, seja pelo forte apelo a sociedade para o desenvolvimento de um conjunto de medidas supostamente “protetivas”, entrelaçadas pelas ações de um “chamado terceiro setor” e de um conjunto de instituições executoras de serviços sociais que não encontram-se exclusivamente na esfera do Estado. Os campos de intervenção se ramificaram em um conjunto de tantas outras intervenções como no movimento em defesa do meio ambiente, mobilização e capacitação para o trabalho voluntário em grandes e médias instituições, sejam elas públicas ou privadas, que atribuiu novos contornos ao mercado profissional de trabalho e, também, “a reconfiguração das estratégias políticas de legitimação do poder de classe -, acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais -, as quais não estão imunes às políticas sociais públicas” (IAMAMOTO,2009, p. 343).

Somado a essas ações existe uma “nova engenharia da Seguridade Social, ao focalizar os segmentos mais pobres da sociedade que imprime outro desenho à política de Assistência Social, principalmente porque na expansão tiveram centralidade os programas de transferência de renda [...]” (MOTA, 2010, p. 134), numa relação que configura as demais políticas de Seguridade naquilo que a autora identifica de uma “perversa posição de se conformarem a uma unidade contraditória: enquanto a mercantilização da saúde e da previdência precariza o acesso aos benefícios e serviços, a assistência social se amplia, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social” (idem).

Há que se destacar o papel estratégico que assume a política de Assistência Social no país – enquanto política que deve dar conta de gerir de forma precária ações de geração de renda, formação e capacitação para o mercado de trabalho, num mundo que sob a regência do capital não existe emprego para todos e não existirá. Aqui reside a fábula que mediante a realização de oficinas de geração de renda que invade os Centros de Referências da Assistência Social – CRAS, é possível a sua inclusão social no mercado, via o empreendedorismo de cada sujeito. O que deve chamar atenção aqui é como

As classes dominantes invocam a política de Assistência Social como solução para combater a pobreza relativa e nela imprimem o selo do enfrentamento da desigualdade, ao mesmo tempo que exercitam a sua condição de classe dirigente, visto que “os movimentos definidos como de repolitização da política objetivam mostrar a camadas cada vez mais consideráveis da sociedade a legitimidade do projeto societário formulado e colocado em execução [...]” (NEVES, 2005, p. 33). E continua a autora alertando para o fato de que esse projeto supõe que os “incluídos” passem não apenas a usufruir dos serviços sociais oferecidos, mas se transformem

em colaboradores dos mecanismos de consenso, que em situação contrária, poderiam representar uma ameaça ao *status quo* (MOTA, 2007, p.135).

Desse modo está em curso na sociedade brasileira no campo da proteção social:

- a) políticas compensatórias de combate a pobreza, incorporando e cristalizando as orientações dos organismos internacionais, que “produzem um adestramento para as requisições de mensuração e gestão/controlar dos pobres” (BEHRING, 2008, p.4).
- b) para Mota; Maranhão; Sitcovsky (2010) a privatização e a mercantilização de grande parte dos serviços sociais que potencializa a figura do *cidadão-consumidor* como é o caso da Saúde e Previdência Social e a figura do *cidadão-pobre que*

“expulsa do acesso público os trabalhadores médio-assalariados, em face do sucateamento dos equipamentos, serviços e da redução de benefícios; e, sob o argumento da equidade, advoga a inclusão de novas frações da população. Seus rebatimentos recaem tanto na ampliação da Assistência Social como na redefinição das políticas de Saúde e Previdência, de que são exemplos o Programa Saúde da Família e a ampliação da contribuição previdenciária para os trabalhadores informais e por conta própria” (2005, p. 183).

- c) O aparecimento de novos atores sociais que brotam de “uma suposta sociedade civil” “pacífica” e “harmônica” que com o espírito participativo e movido por um sentido moralmente correto assumem seu papel político de erradicar e combater a pobreza, sob o julgo da complacência e da atividade cívica. Trata-se de uma estratégia global que movimento inúmeros sujeitos, organizações tanto nacionais quanto internacionais que passam a formar o novo capital humano e social da sociedade de classes;
- d) uma *cultura política* própria da era de crise que de forma silenciosa mas muito engenhosa e competentemente desarticula e desqualifica qualquer processo de lutas globais e de resistência ao capital, transformando-as em questões puramente técnicas e de ordem particular e desvinculada da totalidade social. Resgata-se assim os priores traços da tradição conservadora da ordem burguesa, negando qualquer possibilidade de conhecimento dos processos sociais, bem como atribuindo ao homem o papel de mero expectador da história, isto porque a realidade social apresenta-se naturalizada, fragmentada e imutável, sendo comandada pela grande *irracionalidade* da ordem burguesa que assentada sob “novos paradigmas” transforma a sociedade moderna em supostamente “pós-moderna”, dilacerando projetos ideo-políticos, cujo horizonte é uma perspectiva emancipadora do homem.

“Pode-se afirmar que a pós-modernidade está intimamente relacionada a um

novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado.

Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social” (SIMIONATO, 2009, p.94).

Parte-se do pressuposto que a existência de um *caldo cultural* sustenta ideologicamente a crise capitalista, subsidiando a contra-reforma do Estado e criando contornos das configurações das políticas sociais do Estado burguês, portanto naturalizando a acumulação capitalista e os processos que daí decorrem, assim como os seus efeitos mais latentes e imediatos como o desemprego e a pauperização da classe trabalhadora.

Ganha expressão nesse campo terminologias que têm por fundamento obscurecer e embaçar os contornos que assume a questão social na atualidade. É emblemática, mas muito versátil a utilização de terminologias que atingem o “imaginário social” dos sujeitos tais como: acolhimento social, vulnerabilidade social, exclusão/inclusão, riscos sociais; numa clara despolitização das desigualdades de classes.

É nesse campo tenso que se situa a reflexão sobre o Serviço Social na sociedade contemporânea, situando-a como profissão inscrita no marco dessas mudanças engendradas pelo capitalismo nas últimas décadas. Isso é reconhecer por matriz de análise que se trata de uma especialização que só pode ser encontrada na ordem burguesa, sendo uma requisição histórica das classes sociais.

“o processo de institucionalização da profissão é uma decorrência necessária dos interesses e demandas das classes sociais que se antagonizam no processo produtivo capitalista. Aqui, a contradição se localiza no fato de que o Serviço Social, embora se constituindo em estratégias de enfrentamento do Estado no tratamento das [expressões da questão social] e instrumento de contenção das mobilizações populares dos segmentos explorados, tem a sua gênese vinculada à produção desse mesmo segmento populacional. A mesma lei geral que produz a acumulação capitalista, para o que, necessariamente, tem que produzir e manter uma classe da qual possa extrair um excedente econômico, cria os mecanismos de manutenção material e ideológica dessa classe, dentre eles o Serviço Social” (GUERRA, 2000, p. 153).

Consideramos o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, inserida na *divisão do trabalho*³ que atua na esfera da produção material e ideológica da vida social, mediante a

³ Entendemos que é oportuno situar neste debate o que representa a divisão do trabalho e seus fundamentos na ordem burguesa. O primeiro aspecto que deve ser considerado é que no desenvolvimento histórico da sociedade capitalista é inerente e necessária a divisão do trabalho, tanto no número crescente de trabalhadores quanto na propriedade, atributo ou condição capaz de distinguir o

prestação de um conjunto de serviços sociais previstos no âmbito nas políticas sociais do Estado burguês. Trata-se de uma profissão legalmente reconhecida e portadora de um projeto profissional que se encontra articulado na luta do conjunto dos demais trabalhadores na defesa dos direitos sociais e contra a hegemonia destrutiva do capital. Possui ainda uma *direção social estratégica*⁴ (Netto, 1996) que se encontra amplamente expressa no Código de Ética, que se opõe radicalmente contra as formas de opressão, exploração e alienação do homem, pois aponta para a necessidade dos assistentes sociais estreitarem os laços com os princípios e os valores preconizados nesse projeto que é “um projeto social compromissado com os interesses históricos da massa da população trabalhadora e com a construção de uma nova sociedade” (BARROCO, 2008, p. 229-230).

Essas mediações são essenciais para a análise do Serviço Social e para as funções que a profissão passa a desempenhar ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, bem como as formas de existência e consciência do Assistente Social (Guerra, 2002). Isto porque a forma de ser e de existir da profissão são determinadas por sua forma de inserção na divisão social e técnica de trabalho. Estas apresentam não apenas as demandas historicamente constituídas no âmbito das classes sociais, mas também determinam a sua institucionalização e função, articulando ideologicamente a autorepresentação dos agentes profissionais. Isto terá uma implicação direta no resultado e/ou nas finalidades do trabalho profissional na sociedade de classes.

É nesse campo de análise que se pode capturar o sentido da intervenção profissional na sociedade capitalista, “situando-a como um dos elementos que participam da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (Iamamoto, 1998, p. 71) e, sobretudo, como profissão que só pode ser compreendida se conectada ao movimento real da

produto produzido do conjunto das outras. A divisão do trabalho é uma tendência geral, força motriz e vital ao processo de acumulação da riqueza, isto porque toda a produção social ou a riqueza socialmente produzida é a ela submetida, enquanto pré-condição para a existência da compra e venda da força de trabalho. Outra questão é que a divisão do trabalho representa o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas e ao mesmo tempo expressa a capacidade e o poder de uma determina classe social dispor do trabalho da outra, mediante a organização e determinação de indivíduos em áreas profissionais específicas e ao mesmo tempo submete o trabalhador a alienação e a desumanização do trabalho, impõe-lhe a cisão inevitável entre o produtor e o produto gerado, isto porque essa relação é submetida a uma relação aparentemente monetária, no ato de venda e compra da força de trabalho. O modo de existência da divisão do trabalho é atender e satisfazer um conjunto diferenciado de necessidades humanas, “sendo o trabalho humano expressão da atividade humana num contexto de alienação, a divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação” (Iamamoto, 1997, p.57). Acrescenta a autora “a cada fase da divisão do trabalho corresponde uma forma de propriedade, ou a cada estágio do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social corresponde uma forma de apropriação do trabalho” (Iamamoto, 1997, p.57). Isto expressa que a organização do processo produtivo a partir da divisão do trabalho tende cada vez mais a demandar por mais trabalho especializado e fragmentado, o que inclui a *expansão das fronteiras do trabalhador coletivo*, diante de amplas e complexas operações e atividades intelectuais exigidas pelo capital, como componente da grande indústria e que altera as formas exigidas para a produção material e, também, as formas pelas quais a classe trabalhadora participa desse processo. Trata-se então da forma como o “*resultado imediato da atividade do produtor individual para torna-se produção social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores*” (Marx apud Netto e Braz, 2006, p. 113). Tal processo se expressar de forma invertida em virtude das formas que o homem se confronta no seu ambiente produtivo no ato da sua reprodução material e social, e que permanentemente são alteradas, bem como as formas de expressão da subjetividade humana e do complexo social.

⁴ Quando o autor se refere a *direção social estratégica* isto não significa afirmar que não paire sob a profissão diferenças em torno dessa perspectiva, visto que “nas condições contemporâneas, uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo – é sempre, sob todos os prismas, um conjunto diferenciado e em movimento” (NETTO, 1996, p. 116).

sociedade burguesa, o que reflete também as configurações específicas que assume o seu objeto – a questão social, no sistema atual da acumulação capitalista.

Os desdobramentos dessas mudanças têm se intensificado nos dias atuais, provocando fortes impactos no Serviço Social e colocando em xeque os pressupostos estruturantes do projeto ético-político, na medida em que articula para o interior da profissão tendências que vitalizam a razão

pós-moderna, cuja marca é a razão manipuladora, instrumental e imediatista frente à realidade social

(Cf. Guerra, 2002 e Simionato, 2009) ao mesmo tempo que articula a diluição do legado da tradição crítica historicamente construída e engendrada pelos agentes profissionais enquanto “valores e

concepções ideo-políticas consubstanciados no projeto ético-político da profissão, vinculado à defesa de

uma proposta transformadora da ordem vigente, distanciando-se das bases epistemológicas das

tendências pós-modernas e de suas referências culturais” (SIMIONATO, 2009, p. 100).

Esse projeto é fortemente tensionado porque concebe “o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social” (Iamamoto, 2009, p. 348) ao mesmo tempo que coloca esse profissional qualificado como trabalhador assalariado e exposto a todos os condicionantes que decorrem dessa relação na ordem burguesa, no ato de submeter-se a divisão social do trabalho. O que inclui inevitavelmente a sua alienação⁵ e impõe-lhe a cisão inevitável entre o produtor e o produto gerado, isto porque essa

⁵ As formas de reprodução social também envolvem a produção da alienação do homem, levando-o a sua própria desumanização e negação (Lessa, 1999), porque o homem não conhece e não se reconhece no produto do seu próprio trabalho e na sua teleologia originária (Pontes, 1997). Para o autor ambos “*ficam submetidos a uma aparente ‘ordem natural’ das coisas. Estes resultados do processo produtivo aparecem para a representação humana despidos das suas mediações de primeira ordem, como se ganhassem autonomia própria e se auto-explicasse e as relações ontológicas originárias fossem postas de cabeça para baixo*” (Pontes, 1997, p.

relação é submetida a uma relação aparentemente monetária, no ato de venda e compra da força de trabalho.

Assim é nesse campo complexo de manifestações das múltiplas expressões da questão social que atingem o conjunto dos trabalhadores no ato de produzir e reproduzir a vida em sociedade que os Assistentes Sociais têm sido um dos profissionais da linha de frente (embora não exclusivo) que atuam nas manifestações do conjunto dessas desigualdades sociais, concomitantemente ao fato de se confrontarem com as formas de resistência das classes sociais nesse campo.

Trata-se de um profissional que vem atuando no campo do planejamento, formulação, execução, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais com inserção no campo da organização e formação política dos trabalhadores, desempenhando ao lado disso assessoria, consultoria e supervisão técnica, assim como também “atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam também estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas, impulsionando a mobilização social desses segmentos e realizando práticas educativas. Por outro lado também formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica” (IAMAMOTO, 2009, p.19).

É preciso ainda decifrar o sentido desses espaços e as requisições neles impressos, pois hoje os Assistentes Sociais

“têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. *Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho*, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). **Elas condicionam o caráter do trabalho realizado** (voltado ou não à lucratividade do capital), **suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade**. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza” (IAMAMOTO, 2009, p. 19, grifos nossos).

62-63). Nessa relação o homem perde a sua capacidade de medir humanamente as relação sujeito-objeto e a relação entre homem-natureza (Mészáros, 2002), porque atingem a dimensão da coisificação ou da reificação/fetichismo das relações (Netto, 1981), transportadas para o espaço da naturalização das relações complexas e contraditórias. Para Netto (1981) o fetichismo enquanto *uma modalidade, um fenômeno da alienação* se manifesta em e por formas de vivência e representação alienadas. “A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, o limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. É possível afirmar que em toda sociedade, independentemente da existência de produção mercantil, onde vige a apropriação privada do excedente econômico estão dadas as condições para a emergência da alienação” (Netto, 1981, p. 74). Na reprodução social a humanidade através do trabalho cria não apenas o mundo materialmente palpável, ela cria também padrões de ser e se expressar na vida em sociedade constroem também a sua subjetividade que se expressa na vida cotidiana, esta aqui entendida enquanto “o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente o complexo social” (Falcão, in Falcão e Netto, 1989 p. 25, grifos nossos)

Vejamos o que essa afirmação da autora nos informa:

Primeiro, que não podemos falar em Serviço Social e o lugar que esta profissão ocupa na vida em sociedade sem remeter ao conjunto das contradições sociais que são imanentes a ordem burguesa. Abrir mão dessa moldura é analisar a profissão como mera expectadora da história e dos fatos e o seu exercício como um ato voluntário dos seus agentes. É uma profissão que possui uma natureza de cunho predominantemente ideológico e político, desempenhando uma função educadora que pode se reverter tanto numa perspectiva moralizada e disciplinadora face a questão social, quanto numa perspectiva que aponte ações que potencializem o conjunto de lutas da classe trabalhadora.

Segundo, cabe ainda trazer para o debate um conjunto de outras mediações que tece as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional, dentre elas há que se reconhecer a sua condição de trabalhador assalariado que se reflete nas determinações mais amplas do processo de organização do trabalho. A condição de trabalhador assalariado é a principal determinação objetiva da condição de realização da intervenção profissional (Guerra, 2002) ao mesmo tempo que estabelece as condições para a compra e a venda dessa força de trabalho especializada e, portanto, essa força de trabalho só adquire sentido e funcionalidade se articulada ao conjunto das outras forças produtivas. “Este vínculo de assalariamento, que se coloca como a primeira característica do modo de produção capitalista, dada que as relações passam a ser estabelecidas a partir da posição que os indivíduos ocupam no processo produtivo, constitui-se, primacialmente, numa das determinações objetivas das condições de realização da intervenção profissional” (Guerra, 2002, p. 154).

Desse modo, o ingresso do Serviço Social no mercado de trabalho aparece intermediado por um contrato de compra e venda da sua força de trabalho, mediante a vinculação a determinadas instituições sociais vinculadas ao campo da prestação de serviços sociais e assistenciais destinados a classe trabalhadora. Converte sua força de trabalho em mercadoria pela via da prestação desses serviços, transformando em trabalho em geral e, portanto, forma de investimento capitalista adquirindo a forma de valor e assume conforme já aponta Iamamoto (2008) uma dupla determinação: trabalho útil e abstrato enquanto componente indissociável das formas que assume o trabalho humano no reino na produção capitalista.

É nessa linha de análise cujo legado se deve a Iamamoto (1998) que podemos compreender o significado do agir profissional e as configurações que assume o seu trabalho na sociedade de classes. Isto porque a sua legitimidade não reside no componente técnico que o coloca como profissional executor, avaliador, formulador e implementador das diversas políticas sociais setoriais, mas na sua capacidade de interferir no conjunto das relações sociais no âmbito das classes

e no fortalecimento de um dos projetos que se antagonizam e se confrontam com a realidade social e que, conseqüentemente, atravessa o trabalho do Assistente Social.

“Assim, as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção *de projetos profissionais também diversos*, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais” (IAMAMOTO, 2009, p. 24).

O desafio é ler as “determinações que são, ao mesmo tempo, construídas e engendradas no/pelo processo de produção” (Guerra, 2002, p. 152), que *cria desde o espaço legal e legítimo para o profissional na divisão do trabalho*, como determina o desempenho de atividades de cunho: auxiliar e subsidiária ao controle social e a difusão da ideologia dominante (Iamamoto, 1998).

Portanto, a profissão assume na divisão social e técnica do trabalho uma função política, de cunho moralizador e disciplinador no ato da execução das políticas sociais, favorecendo a reprodução da força de trabalho via conjunto de serviços sociais previstos no âmbito dessas políticas. Mas há de se considerar que essa mesma profissão é atravessada por interesses de classes que embora reproduzam as contradições sociais básicas do processo social, ao mesmo tempo ela é tencionada por interesses de classes contrapostos, e nesse campo só pode fortalecer pela mesma ação para a qual foi originalmente contratado a projeção ou projeto de uma única classe.

Para Guerra (2002) o valor do trabalho do assistente social está na utilidade social – medida pela via de respostas concretas que venham produzir alterações na realidade imediata ou naquilo que Netto (2005) denomina de manipulação de variáveis prático-empírico. Para a autora são demandas de ordem heterogênea e contraditória, que se movimentam e se alteram permanentemente e atribuem à profissão uma versatilidade composta de velhas e novas requisições que assumem em diversos contextos, setores e espaços sociais – o que se constitui numa necessidade inerente à razão de ser da profissão.

O Assistente Social no ato de venda da sua força de trabalho que só tem sentido se articulado ao conjunto de outras práticas sociais, este profissional vende um conjunto de procedimentos históricos e socialmente necessários às classes sociais no ato da produção e reprodução da vida

social e ao mesmo tempo determina tanto as suas condições de existência quanto circunscreve previamente a intervenção profissional (Cf. GUERRA, 2002 e IAMAMOTO, 2008).

No entanto há que se considerar de acordo com Guerra (2002) que o vínculo entre força de trabalho do assistente social e o capital não se realizam de forma direta. Na grande maioria é mediatizada pelo Estado, que engendra uma representação fetichizada da posição que o assistente social ocupa no mercado. Nesse caso a requisição pelo trabalho do assistente social aparece como uma demanda do Estado e não do capital. Na medida em que o Estado assegura seu espaço de atuação na implantação e implementação dos serviços sociais e assistenciais. Isso leva o assistente social a não perceber a sua posição concreta na divisão social e técnica do trabalho. Isto porque a noção de *serviços sociais* aparece equivocada para os assistentes sociais, desvinculada das suas determinações e funções básicas que ocupa no âmbito do sistema produtivo, e passa ao mesmo tempo a compor a autorepresentação dos assistentes sociais, que despreendida dessas determinações apresenta-se fetichizada, obscurecendo a sua compreensão sobre as condições concretas que determinam a intervenção profissional no âmbito das relações de classe, levando-o a acreditar numa suposta autonomia frente às requisições da divisão do trabalho.

Acrescenta a autora que ao desconhecer tais determinações, gestadas pelas suas condições materiais de trabalho e que incidem sobre as suas representações, os assistentes sociais têm limitado as possibilidades de se perceberem como classe trabalhadora.

Reduz-se, portanto, a prática profissional a mera identificação das demandas e ao atendimento a população usuária dos conjuntos dos serviços sociais prescritos no seu ambiente institucional, acionando a racionalidade formal-abstrata que imprime corpo a lógica despolitizada do Estado burguês no trato das expressões da questão social, reduzindo o fenômeno a mera aparência dos fatos e reforçando os traços do empirismo, do pragmatismo, do voluntarismo e da fragmentação entre componente teórico e exercício prático (SIMIONATO, 2009).

Nesse campo o significado do seu agir é reduzido ao simples componente técnico e obedece a racionalidade impressa nas políticas sociais com as quais se confronta cotidianamente, isto porque este profissional está impregnado pelo *estilo de pensar o social sob a ótica burguesa*, emprestando também à profissão a forma pela qual ela constrói a representação e a autorepresentação do seu fazer profissional.

Para Simionato:

“O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas grandes tendências teóricas: uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o

particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, entre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos profissionais e de suas opções ético-políticas, no sentido de compreender o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão diante dos complexos desafios postos pelo século XXI” (2009, p.102).

O que certamente aponta para as possibilidades e também para os limites que o projeto ético-político do Serviço Social contém, isto porque a profissão é fortemente impactada pelas mudanças avassaladoras processadas pelo capitalismo e por sua racionalidade ideo-cultural e política. Outro elemento é que as questões que atingem a vida social não podem ser resolvidas no circuito interno da profissão e pelo conjunto dos seus agentes, porque elas remetem a ações mais amplas e de ordem coletiva, embora “as transformações societárias do mundo contemporâneo, apresentem para a profissão uma extensa, nova e inquietante agenda de questões” (Yazbek, 2005, p. 11). Dentre elas podemos destacar:

- a necessidade da reflexão teórico-crítica permanente que nos instrumentalize para a leitura e compreensão da realidade social com a qual nos confrontamos nos nossos diversos espaços sócio-ocupacionais, buscando decifrar as tendências contemporâneas do capitalismo, o que impõe a obrigatoriedade da qualificação permanente.

- a afirmação do projeto ético-político e dos valores e princípios nele contidos, buscando dar inteligibilidade a nossa ação, com competência e compromisso com a qualidade dos serviços sociais prestados;

- buscar articular ações junto à população usuária dos serviços e com as demais formas de organização da classe trabalhadora, enquanto forma de resistência e alternativa ao neoliberalismo.

Para IAMAMOTO (2009) o espaço profissional não pode ser compreendido na pura lógica das demandas já consolidadas socialmente. É necessário apropriar-se das demandas potenciais que se apresentam historicamente para a profissão, assim como compreender o caráter contraditório das políticas sociais.

É diante desses espaços e demandas que o Assistente Social é desafiado cotidianamente, o que exige **“um perfil profissional culto, crítico, capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais”** (IAMAMOTO, 2005, p. 193).

Exige também o compromisso ético-político com os valores democráticos e emancipatórios, o que demanda um requisito que consideramos essencial - a competência teórico-metodológica na perspectiva crítica, pois os tempos são complexos e exigem a necessidade de rompimento com práticas individuais e a-históricas e desconectadas do real movimento da sociedade burguesa.

3. Considerações Finais

A crise atual do capital promove a exponenciação da questão social numa busca incessante pelo reestabelecimento das taxas de lucro do capital. Neste cenário a valorização do capital na esfera financeira promove uma apropriação da riqueza socialmente produzida, por um grupo cada vez menor de capitalistas. Para garantir essa valorização é necessária a realização da mais-valia pelo capitalista que se dá no consumo de mercadorias num ritmo cada vez maior e acelerado. Assim faz-se necessário a diminuição do tempo da produção, circulação e consumo, isso é possível com o incremento tecnológico na produção e com o espraiamento das atividades que envolvem o processo produtivo para países onde a mão-de-obra é mais barata, e a garantia de direitos trabalhistas é escassa, e com o investimento massivo em crédito e propagandas comerciais.

Essas iniciativas mostram a capacidade de destruição criativa do capital que busca tornar supérfluo de forma cada vez acelerada as criações humanas para garantir a reprodução sempre constante, haja vista a durabilidade das mercadorias que é cada vez menor. Isso envolve a difusão de uma ideologia de consumo numa sociedade onde a maior da população não pode se apropriar da riqueza por ela gerada, desse modo a riqueza domina o homem como coisa, e este se vê alienado a ela.

Importante ressaltar o papel dos Estados Nacionais na garantia da extração de superlucros pelo capital. A apropriação da mais-valia pelo capital financeiro envolve diretamente a restrição de recursos para as políticas sociais, uma vez que os Estados Nacionais ao emitir títulos da dívida comprometem os impostos e contribuições sociais no pagamento de juros e amortização da dívida pública, com isso há uma remessa cada vez mais ampla de recursos dos países periféricos aos centrais, contribuindo para a centralização cada vez maior da riqueza produzida mundialmente. Nesse contexto ocorre a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, operada pela restrição de direitos sociais e trabalhistas e também de empregos, garantindo a acumulação via aumento da exploração. Esses elementos impactam diretamente na atuação do assistente social que tendo se caracterizado por um profissional que atua na linha de frente do enfrentamento à questão social vê-se cada dia mais impedido de operacionalizar políticas que de fato contribuam para a reprodução da força de trabalho, desse modo, reatualizam as requisições para o assistente social que evocam a gestão da miséria, principalmente através da implementação de programas de transferência de renda, e de iniciativas de geração de trabalho e renda em territórios específicos que não visam a superação da ordem social capitalista. Tais políticas não garantem a redistribuição da riqueza gerada socialmente, uma vez que as classes trabalhadoras são as maiores fontes dos impostos e contribuições sociais.

Os assistentes sociais em seus espaços de trabalho são chamados a administrar poucos recursos para atender as necessidades da população usuária, além disso, depara-se com a

precarização de suas condições de trabalho, como contratos temporários, que impedem a continuidade na implementação das políticas sociais as quais está diretamente envolvido. Como trabalhador assalariado enfrenta os ditames da alienação, pois não possui os meios necessários para a execução de seu trabalho. Contudo, possui uma direção social estratégica em seu projeto profissional que exige a articulação com os movimentos sociais representantes dos interesses dos setores majoritários da sociedade, com vistas a luta pela concretização de direitos e principalmente pela construção de uma sociedade onde não haja exploração de uma classe sobre a outra.

4. Referências

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 248-280.

_____. Implicações da Contra-Reforma do Ensino Superior no Serviço Social e o Exame de Proficiência em Questão. **Palestra proferida no CFESS**. Brasília, 13 de junho de 2008.

BEHRING, Elaine R. & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: _____ [et al.] (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 64-85.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n° 79. São Paulo: Cortez, 2004, p. 108-132.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. O Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.87. São Paulo. Cortez. 2006.

CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a ética no trabalho profissional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano Conhecimento e Crítica**. Paulo: Cortez, 1989.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate. **Palestra da oficina ABEPSS. Região, Sul I**, maio: 2002.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. ABEPSS: Ano 2. n. 3, 2001, p. 9-32.

_____. **Mundialização do capital, “questão social” e serviço social no Brasil**. In: Revista em Pauta. Rio de Janeiro: UFRJ, n° 21, 2008, p. 116-139.

_____. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008b, (p. 13-43).

_____. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009 (p. 16-50).

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009 (p. 342-375).

_____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Methodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Elizabete [et al.], (orgs). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Renovação e Conservadorismo: ensaios críticos**. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GOMES, Cláudia Maria Costa. O caráter reificado da modalidade de enfrentamento da questão social no campo contraditório de negação e afirmação de direitos. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

LESSA, Sérgio. O processo de Produção/Reprodução Social: Trabalho e Sociabilidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999.

MARX, K. **Capítulo VI inédito do Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.

MESZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MOTA; Ana Elizabete; MARANHÃO, César; SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: _____ (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 21-57.

MOTA, Ana Elizabete. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. In: _____ (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 21-57.

_____. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____ (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. In: **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 20, 2007 (p. 126-138).

NETTO, J. P e BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008, Cap. 9, p. 211-241. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. revi. e amp. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1981.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.50. São Paulo. Cortez. 1996.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção questões de nossa época n. 132).

SILVA, Cláudio Gomes da. Serviço Social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.94. São Paulo. Cortez. 2008.

SOUZA, Celina. Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 52, p. 5-28, 2001.

SOUZA, Charles Toniolo de; OLIVEIRA, Bruno José da Cruz. Criminalização dos pobres no contexto da crise do capital: reflexões sobre os seus rebatimentos no Serviço Social. In: FORTI,

Valéria; GUERRA, Yolanda. **Direitos humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SOARES, Laura T. **O desastre social**. Rio de Janeiro. Record. 2003.

SIMIONATO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influencia teórico-prática. In. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009 (p. 88-106).

YAZBEK, Maria Carmelita. Desafios Profissionais do Serviço Social no Brasil. In. KARSCH, Ursula (org.). **Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal II**. São Paulo: Editora PUC-SP/EDUC, 2005.